maneiras de apresentar a arte para criança de forma lúdica, por meio de brincadeiras, as quais propiciam o desenvolvimento em todos os aspectos, tornando possível com o avançar nas modalidades da educação, possam se apropriar das demais linguagens de forma crítica e autentica, pois já terão passado pelo conhecimento da arte na primeira fase da educação.

REFERENCIAS

BARBOSA, Ana Mae. Ensino da arte e design no Brasil: unidos antes do Modernismo. Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 1, p. 143- 159, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/19869/pdf >Acesso em: 28 ago.21.

BOJUNGA, Sylvia. Abordagem triangular e cultura visual. Boletim Arte na Escola, São Paulo, jun. 2015. Disponível em: <rtenaescola.org.br/boletim/materia.php?id=75450> Acesso em: 27 ago.21.

BRASIL, Ministério da Educação e Desportos. Secretária da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de Mundo. v. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CARVALHO, Carla; VIEIRA, Francisco Ponciano. Arte brasileira. Indaial: Uniasselvi, 2012.

CUNHA, S. R. V. da. As artes no universo infantil. Porto Alegre: Mediação, 2012.

OLIVÉRIO, Rodrigo. Parque sonoro: universo da música, som, luthieria, instrumentos musicais, brinquedos, fontes sonoras, artes visuais, escultura e paisagem sonora. Em Parques sonoros da educação infantil paulistana, - São Paulo: SME/COPED, 2016.

PIRES, E. Proposta Curricular da Educação Infantil. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2009.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para Educação Infantil /Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME/DOT, 2007.

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A REINVENÇÃO DO PROFESSOR

Cristina de Castro Araújo

RESUMO

O mundo vive a pandemia desde o ano de 2020, um vírus que afetou toda a sociedade em diversos setores principalmente a educação. Em todos os países, professores e responsáveis pela educação criaram mecanismos para continuar com o ano letivo. A principal estratégia criada pela maioria, foi o ensino remoto, porém, no início a grande maioria dos professores não sabiam utilizar as ferramentas disponibilizadas para este fim. A reinvenção do professor nesses tempos de pandemia trouxe a certeza de que os professores são capazes de se adequar as situações para promover conhecimentos, seja presencial ou remoto. Dessa forma, esta breve pesquisa tem como objetivo descrever como os professores estão enfrentando o desafio de ensinar nes-

ses tempos difíceis para todas as etapas da educação por meio do ensino remoto. Para isso, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica referenciada por artigos acadêmicos, documentos oficiais disponíveis em sites especializados para este fim. Espera-se que essa pesquisa possa demonstrar o quanto os profissionais da educação estão empenhados em promover o ensino, mesmo que a distância e com o mínimo de recursos para crianças e adolescentes não ficar tão defasados nos próximos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Pandemia; Professor; Ensino remoto.

INTRODUÇÃO

Indubitavelmente, o Coronavírus não é uma criação para produzir morte, mas sua presença entre nós colabora para propiciar a vontade do extermínio máximo e da origem de indivíduos e da origem de “universos de morte” e de maneiras de vida social. O pensamento de que alguns humanos devem ser ignorados, desmistifica o desiquilíbrio social, econômico, cultural e político que devasta nossa existência e que se revela com a chegada da Covid-19. O mesmo método para se alastrar para educação.

Assim, com a determinação do afastamento social, como maneira indispensável para controlar o avanço de casos e solicitações por acolhimento nos hospitais, as tarefas escolares adquiriram o modo remoto. Assim, enquanto alguns estudantes da rede particular começaram a ter acesso a toda forma de atividades, por diversos programas e aplicativos remotos, com educadores trabalhando a fadiga para colaborar com um modelo de qualidade e perspectivas altíssimas em raso espaço de tempo, estudantes de redes públicas, de lugares distantes ou mesmo cenários mais miseráveis foram expostos a um cenário catastrófico.

Nesse tempo, nunca foi tão necessário refletir em probabilidades para ir além daquilo que se conhece, do que já foi vivido, e que deve ser reiterado sem ponderação.

Essa pesquisa tem como objetivo demonstrar a reinvenção dos professores que foram expostos a um novo modelo de educação devido á pandemia, bem como apresentar as características do ensino remoto.

Dessa maneira os tópicos abordados serão voltados para o esclarecimento do contexto em que a educação se encontra desde o ano de 2020 com a chegada do Coronavírus: A função da educação diante do cenário da pandemia; Entendendo o ensino remoto; O ensino remoto como meio de manutenção da educação; e Um breve relato histórico da EAD, ensino remoto no Brasil.

Contudo espera-se que esse estudo possa auxiliar no esclarecimento sobre este período conturbado em que a educação ainda está passando e principalmente elucidar os diversos desafios que o professor está enfrentando para levar as aulas para seus alunos, que devido ao contexto social que a sociedade apresenta, nem sempre é possível alcançar a todos.

A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO DIANTE DO CENÁRIO DA PANDEMIA

Conforme o Ministério da Saúde (2020) “A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-Cov-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves”. Foi em dezembro de 2019, que ocor-

reu os primeiros eventos de propagação do coronavírus (SARS-Cov-2), assinalado na região de Wuhan na China. Contudo, logo em seguida o vírus foi velozmente dissipado por toda a terra através da propagação de um indivíduo contaminado para outro. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Cerca de 80% dos indivíduos contaminados têm poucas ocorrências ou são assintomáticos, não necessitando de atendimento hospitalar. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, instituiu que a epidemia da doença provocada pelo coronavírus (COVID-19) instituiu uma Emergência de Saúde Pública de relevância internacional – o mais alto grau de vigilância da Organização, segundo prognosticado no Regulamento Sanitário Internacional. Depois de 11 de março de 2020, a COVID-19 foi reconhecida pela OMS como uma epidemia. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Segundo Aquino et al. (2020), o ainda insuficiente saber sobre as formas de contágio, e a carência de vacinas e possibilidades terapêuticas distintas, tem conduzido agentes públicos a utilizar normas de saúde pública não farmacológicas, como o afastamento social objetivando a diminuição da velocidade de propagação do vírus, e, também com propósito de impedir o enfraquecimento das estratégias de saúde, bem como mortes.

A maior parte dos países aprovaram várias diligências para parar o contágio do vírus e diminuir o número de infectados. Para Aquino et al. (2020), tais providências compreendem:

O isolamento de casos; o incentivo à higienização das mãos, à adoção de etiqueta respiratória e ao uso de máscaras faciais caseiras; e medidas progressivas de distanciamento social, como o fechamento de escolas e universidades, a proibição de eventos de massa e de aglomerações, a restrição de viagens e transportes públicos, a conscientização da população para que permaneça em casa , até a completa proibição da circulação nas ruas, exceto para a compra de alimentos e medicamentos ou a busca de assistência à saúde. (AQUINO et al. 2020, p.2).

Uma das providências de afastamento social do governo brasileiro foi a interrupção das tarefas presenciais de escolas e universidades por período ilimitado. Assim, os Estados e o Distrito Federal tiveram a interrupção limitada ou total das atividades escolares, atingindo assim milhões de estudantes e educadores. (estimativa de 2020).

ENTENDENDO O ENSINO REMOTO

Embora já considerada, os debates e os estudos sobre esse modelo de ensino ficaram maiores, e em consequência disto, a educação remota também passou a ser uma matéria debatida e estudada, posto que, têm atributos distintos. Dessa forma, pode-se decretar esse modelo de educação como um sistema de ensino-aprendizagem que usa mecanismos tecnológicos para a comunicação do saber com a proximidade entre quem instrui e quem aprende.

A educação remota é, portanto, um sistema de ensino-aprendizagem empregue com o objetivo de avizinhar o educador do estudante que aprende, fazendo uso de plataformas digitais para atividades didáticas pedagógicas por um breve período, sendo empregue em circunstâncias que a entidade

não consegue responder ao sistema convencional, com aulas presenciais e turnos agendados. Ele distingue da EAD pelo motivo de ser, normalmente, na mesma hora das aulas presenciais da escola; por possuir uma vinculação diária com o educador; pela adequação empregue aos assuntos; pela adaptação do calendário de ensino ao momento emergencial.

Segundo a nota técnica do Todos Pela Educação (2020):

[...] a tecnologia educacional não deve se resumir a plataformas de aula online, com slides disponíveis, professores sendo filmados e exercícios a serem feitos. Diversificar as experiências de aprendizagem continua sendo essencial e, para isso, podem ser utilizados jogos, visitas a museus virtuais, simulações, uso de laboratórios remotos e uma série de outros recursos atualmente à disposição. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p.11).

Por isso, para dar seguimento as ações e reduzir os abalos provocados pelo distanciamento, escolas impulsionadas no modelo do ensino a distância, adotaram o ensino remoto. Mas, como programar as aulas de maneira que elas cheguem a todos os alunos? Sendo que, apenas 70% da população, o correspondente a 126,9 milhões de pessoas, tem acesso à internet, conforme um estudo feito pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) no ano de 2019.

Segundo o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB, 2020), vários instrumentos foram empregados pelas Secretárias para dar seguimento ao aprendizado dos estudantes. As alternativas ofertadas pelo estudo, foram o uso da TV local para propagar conteúdos, vídeos aulas gravadas pelos educadores, aulas online por meio de plataformas disponibilizadas pela rede com educadores de fases de ensino distintas. O proveito das plataformas online para viabilizar assuntos fragmentados por períodos de ensino, ferramentas digitais próprias dispostas pelos educadores.

Desigualmente das secretárias municipais, a grande parte das secretárias estaduais fazem uso das plataformas online para a intercessão das aulas, ou seja, as alternativas online são aceitas para a educação remota. Os números demonstram ainda que a maior parte do ensino remoto é mediado pelas redes sociais, posto que, são plataformas que grande parcela da sociedade tem acesso. No entanto, não é declarado se as secretárias estaduais possuem o conhecimento dos problemas dos alunos diante o acesso à internet, uma vez que, são mais afastados da realidade das populações e a sua educação está sendo mediada, em sua grande parte, pelo meio virtual.

É importante considerar que a práxis de uso do meio virtual se amplia com o decorrer dos tempos. A geração que hoje se faz presente nas escolas, já se desenvolvem no ambiente tecnológico, e os mecanismos virtuais se tornaram um parceiro na aprendizagem dos estudantes, uma vez que, favorecem o acesso aos conhecimentos. É o que declara Pereira (2012):

A ideia é incorporar as tecnologias digitais, principalmente as móveis, para promover a mobilidade na educação, por meio de aplicativos específicos e recursos disponíveis. É tirar proveito dos milhares de celulares dos alunos e inseri-los no plano de aula, a fim de compartilhar experiências, transformar o conhecimento em valor e es-

timular o interesse no conteúdo abordado, fazendo com que o processo de ensino-aprendizagem seja algo agradável para o aluno, bem como para o educador. (PEREIRA et al., 2012, n.p.).

Já há um bom tempo que a inclusão das tecnologias no ambiente educacional é um assunto muito abordado entre os profissionais da educação, já que, os diversos mecanismos oferecidos podem trazer vantagens ou prejuízos para o aprendizado do aluno. Grande parte dos educadores que dominam as escolas nos dias de hoje não fazem uso desses meios digitais, por motivos de descrenças ou falta de técnica.

Um dos obstáculos encarado pelos educadores é a maneira como os estudantes irão trabalhar com essa tecnologia, posto que, esses mecanismos lhe fornecem referências prontas, sem requerer do aluno um justo empenho na procura por saber. Essa disposição na aprendizagem, produz nos professores uma certa dúvida relativa aos benefícios dos alunos, como também dos seus deveres.

Assim, a educação por intermédio de tecnologias espera dos educadores um certo controle no uso dos mecanismos inovadores, o que decorre a negação dos mesmos na inserção dessas tecnologias, já que, no decorrer de sua qualificação como educador não lhe foi instruído formas de fazer uso de tais meios tecnológicos como ferramenta de trabalho, e em consequência disto, alguns não sabem manejar tais novidades e necessitam de uma especialização para aprender a manusear as ferramentas digitais e expandir a aprendizagem.

O modelo de educação que foi desenvolvido celeremente pelo governo do estado fez com que fosse refletida a maneira de ensino convencional, a qual, é preciso caminhar alinhado com o progresso das tecnologias. Foram oferecidas as alternativas: o uso das plataformas online, como Zoom, Jitsi, Skype, Google Meet e outras, para intermediação das aulas online; as redes sociais como WhatsApp, Facebook, Messenger, Instagram e Twitter como maneira de suporte para extrair dúvidas; a oferta de materiais no padrão de PDF., para ajudar nos assuntos, como complemento; a remessa de materiais impressos para serem feitos em casa, aulas registradas em vídeos pelos educadores, a utilização do site da escola para intervir a conversa entre estudante-docente-gestão e um espaço aberto para agregarem mais alguma prática utilizada por eles.

Dessa forma, as plataformas online e a remessa de materiais impressos são os métodos mais usados entre os educadores para a mediação das aulas, lembrando que, são as estratégias mais disponíveis para esse momento de processo especial de educação, pois propicia o diálogo e mediação das aulas. Os métodos utilizados pelo sistema superior de educação nas escolas estaduais, necessitam ser as mais simples e disponíveis possíveis, para que a extensão da educação envolva toda população estudantil, até mesmo aqueles que não tenham acesso as tecnologias virtuais, como também aqueles que não entendem bem o universo cibernético.

A atividade docente exige muita tenacidade para que se realize com perfeição, contudo, é um trabalho difícil e cansativo que, muitas vezes, conduz ao estresse e fadiga emocional e física dos profissionais. Compreende-se, portanto, que a manei-

ra como as aulas estão acontecendo no sistema especial de educação propicia a oscilação de horários, pois demanda muita devoção, especialmente dos professores, abalando rigorosamente sua rotina de trabalho que antes, presencialmente, tinham horas exatas para administrar aulas.

Vale mencionar que é real a complexidade relativa ao acesso da internet pela população, e este, intensifica o progresso considerável da restrição digital. Isso ocorre em decorrência de que uma grande parte da população não tem oportunidades necessárias para adquirir um celular ou mesmo o acesso à internet. Os alunos que têm nível socioeconômico moderadamente baixo, necessitam de um cuidado maior dos governantes, nessa fase especial da educação.

Os educadores são indivíduos fundamentais na atividade pedagógica do ensino remoto, para tal, precisam de instrumentos apropriados para programação e execução das aulas, uma vez que, é importante, por parte deles, registrar videoaulas, ou até mesmo, aparatos em formato de textos, imagens, áudios ou vídeos para ajudar na mediação assuntos.

É importante destacar que existem várias maneiras para se aplicar aulas online, virtualmente são ofertados diversos dispositivos que acabam por complementar e dá contribuição aos educadores no progresso do ensino-aprendizagem, se considerar por exemplo, a nota técnica do Todos Pela Educação que deixa evidente que é possível aperfeiçoar esse sistema de educação. A inclusão das tecnologias no ambiente educacional amplia com o decorrer dos anos, Rodrigues proclama (2017):

[...] o professor não se detém de todos os saberes necessários para que atenda todas as necessidades de uma sala de aula, pois esta muda de acordo com cada realidade, e com isso, é necessário que o professor permaneça estudando, realizando uma formação continuada a fim de (re) aprender, ou (re)significar suas práticas diárias, buscando aprimorar seus conhecimentos e suas práticas. (RODRIGUES, 2017, p.30).

Ser educador requer transformações, adequações, inovações e aprimoramento, para tentar conservar uma qualidade na educação e evadir-se dos obstáculos presentes na técnica pedagógica.

O ENSINO REMOTO COMO MEIO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO

Posterior a interrupção das atividades presenciais provocadas pela epidemia de Covid-19 em todo o planeta, estudantes e educadores necessitaram mudar para o ambiente virtual. Mecanismos virtuais que antes eram usados somente como base no sistema de aprendizado se transformaram da noite para o dia instrumentos fundamentais a preservação do ensino.

Segundo Moreira et al (2020):

Os professores se transformaram em youtubers gravando videoaulas e aprenderam a utilizar sistemas de videoconferência, como o Skype, o Google Hangout ou o Zoom e plataformas de aprendizagem, como o Moodle, o Microsoft Teams ou o Google Classroom. No entanto, na maioria dos casos, estas tecnologias foram e estão sendo utilizadas numa perspectiva meramente instrumental, reduzindo as metodologias e as práticas a um ensino apenas transmissivo. (MOREIRA, 2020, p.352).

Nessa mesma linha, JOYE et. al (2020, p.15) declaram que “as tecnologias proporcionam vantagens significativas para o processo de ensino e aprendizagem, mas é imprescindível que o professor tenha conhecimento e habilidades necessárias para manusear tais recursos”.

Mesmo em períodos pré-pandemia, esse obstáculo de qualificação docente nesse ponto acontece porque “as tecnologias digitais crescem de uma quase permanente formação, porque nessa área, a inovação acontece a todo o momento, o que por vezes proporciona mudanças significativas nas práticas dos professores”. (apud MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020, p.355).

No entanto, é fundamental destacar que a educação remota emergencial difere do ensino à distância (EAD) e da educação on-line. A despeito dos últimos dois tópicos serem largamente propagados como sinônimos, o ensino à distância abrange mais do que os mecanismos digitais e métodos on--line, como também outros métodos de propagação e até elementos impressos.

De acordo com JOYE et al. (2020), a concepção de EAD é a conciliação de informação (de forma síncrona e/ou assíncrona) em locais e tempos específicos, com ou sem a utilização de dispositivos digitais. E o “termo “a distância” explicita sua principal característica: a separação física do professor e do aluno em termos espaciais, não excluindo, contudo, o contato direto dos alunos entre si ou do aluno com o professor, a partir do uso dos meios tecnológicos”. (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p.7).

Já, na educação remota emergencial faz-se uso de dispositivos da educação a distância para aplicar aulas que em circunstâncias comuns deveriam ser aplicadas de maneira presencial, mas que por razões excepcionais necessitam ser empregadas de maneira remota. Assim, conforme Arruda, não há um modelo exato para a evolução da educação remota emergencial (2020):

Pode ser apresentada em tempo semelhante à educação presencial, como a transmissão em horários específicos das aulas dos professores, nos formatos de Lives. Tal transmissão permitiria a colaboração e participação de todos de forma simultânea, mas pode envolver a gravação das atividades para serem acompanhadas por alunos sem condições de assistir aos materiais naquele momento. Ela também pode envolver mais iniciativas da EAD, implementando ferramentas assíncronas (que funcionam de forma não instantânea, como fóruns de discussão) e melhor estruturação de materiais. Pode também envolver a transmissão de conteúdos por TV, rádio ou canal digital estatal, de forma mais massiva e emergencial. (ARRUDA, 2020, p.266).

As sessões simultâneas se afiguram às aulas expositivas e são essenciais para gerar atividades que precisam de feedback instantâneo, para possibilitar a atuação dinâmica dos alunos ou para qualificar a obtenção dos saberes, além de abreviar um pouco a distância entre o educador e educando.

Em 1924, a instituição escolar de negócios de Havard admitiu a técnica do “estudo de caso” com o objetivo de atualizar o método de educação e sujeitar os estudantes aos sistemas decisórios e aos problemas que os executores vivem cotidianamente, posicionando os alunos no papel do diretor. Motivando assim com que os estudantes parassem de ter um procedimento “passivo”

para gerar problemas de maneira ativa.

Para Berbel (2011, p.4) “As metodologias ativas têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor”. Além do mais, quando o estudante compartilha a sua ideia em sala de aula e essa colaboração é motivada e reconhecida pelo educador, estimula-se sentimentos de comprometimento, compreensão de capacidade e de incumbência, além da perseverança nos estudos, entre outras.

Na atualidade, o conhecimento está a um toque de distância do aluno, o que produz particularidades distintas em relação aos jovens de períodos anteriores. Este novo contexto leva os alunos a não almejarem mais conhecimento tão só como vigora, mas, a entender como fazer operar, isto é, relacionar-se com a realidade. Dessa forma, pela grande quantidade de conhecimentos captados cotidianamente pelos estudantes é necessário refletir em maneiras para que o saber seja realmente controlado.

Conforme Falcão (2017, p.448) “Em um ambiente de aprendizagem ativa, o professor atua como orientador, supervisor, facilitador do processo de aprendizagem, e não apenas como fonte única de informação e conhecimento”.

De acordo com Hodges (2020), o aprendizado online já porta uma nódoa de que sua propriedade é inferior à do estudo presencial, a despeito de vários estudos científicas comprovarem o oposto. Essas mudanças rápidas de tantas entidades ao mesmo tempo sentido ao ensino remoto podem confirmar essa concepção errada, quando, na realidade, ninguém realizando a passagem para a educação online nessas condições estará efetivamente extraindo o máximo benefício dos métodos e oportunidades do modelo online.

Sendo assim, a efetivação da educação remota de maneira rápida impressionou tanto os alunos como os educadores, e, para o mesmo autor, o corpo preceptoral tem que elaborar respostas rápidas em condições abaixo do ideal. E, assim, muitos docentes, concebivelmente, verão esse método estafante. Além de que a implantação repentina pode reduzir a qualidade das aulas aplicadas.

BREVE RELATO HISTÓRICO DA EAD, ENSINO REMOTO NO BRASIL

A contar da sua criação até sua chegada no Brasil, a educação a distância (EAD) vem se modificando a cada década com o progresso das tecnologias e a sua ampliação em todo o planeta. Conforme Gomes (2013, p.13) a EAD “[...] foi criada e se desenvolveu por meio de iniciativas privadas e decretos governamentais, cumprindo uma trajetória que acompanha a introdução e o crescimento de cada tecnologia no país.”, situando-se entre enganos e precisões na controversa educacional do país.

Esse modelo de educação foi se avultando em todo o universo e veio para o Brasil no ano de 1904. Inicialmente, essa qualificação era realizada por meio dos Correios, integralmente por cartas. Entre 1940 e 1950, outros projetos aconteciam no Brasil fazendo uso ainda do rádio como mecanismo para a educação.

No decurso do progresso da EAD, educadores não tinham uma qualificação

apropriada para essa espécie de educação, foi então que cursos de capacitação consecutiva foram disponibilizadas a fim de reduzir as adversidades encontradas por eles. Observa-se que, atualmente, educadores não tem a adequada qualificação na área da EAD em sua habilitação inicial, o que os faz buscar uma formação permanente para sua capacitação.

Foi em 1996, a partir da evolução na educação à distância, com a publicação da Lei Nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação, O ensino a distância (EAD) acabou sendo certificado como um modelo de educação, como dispõe em seu Art. 80 que dispõe “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (BRASIL, 1996), sendo regularizada pelo Decreto Nº 9.057 promulgado em 25 de maio de 2017.

Nessa mesma época, em 1996 foi instituída pelo Ministério da Educação a Secretária de Educação a Distância (SEED), que:

[...] atua como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didáticos-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras. (BRASIL, 2004, p.3).

Na compreensão de Baseggio e Muniz (2009), a EAD é a maneira de educação e aprendizagem que deixa o aluno soberano de sua educação. Conforme eles, essa espécie de ensino encontra-se em crescimento no Brasil e é uma forma de flexibilização no modelo de estudar.

Assim, a EAD é classificada como uma modalidade de conquista do saber que tem um critério de educação, aprendizagem, avaliação e intervenção à distância, por meio tecnológico, sendo este, celular, computador ou tablet, com técnicas e práxis pedagógicas que não saia do cenário educacional e obrigada pela lei, e que traga independência para o aluno. Considerando-se que, mesmo que a educação seja absolutamente por meio digital, cabe ao estudante estruturar seu tempo de estudos, já que, a EAD tem o mesmo consumo de empenho que um curso presencial.

Desta maneira, a EAD, se desenvolvida com comprometimento social, pode propiciar ao aluno uma aprendizagem independente, deixando livre o seu modo de estudo, contudo, tem que existir por parte deste, um certo compromisso e dedicação para finalização do seu aprendizado com eficácia e êxito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa propiciou o entendimento sobre as dificuldades enfrentadas por professores e alunos diante da pandemia que atinge o país a mais de um ano, demonstrando que embora não seja uma educação por excelência, fez se o necessário para que crianças e adolescentes não fossem prejudicados no ano letivo. Vale ressaltar que nem todos os alunos puderam acompanhar o ensino remoto, principalmente por questões socioeconômicas, entre outras dificuldades.

O estudo traz informações sobre o

cenário da educação diante da pandemia, relatando especificamente o ensino remoto e suas especificidades para professores e estudantes. Traz um breve relato sobre este tipo de ensino que já era conhecido de pessoas que optam pelo ensino a distância, salientando as diferenças entre os dois modelos de educação.

Sendo assim, espera-se que esta breve pesquisa possa auxiliar na compreensão sobre como funciona o ensino remoto na educação e como foi possível em meio a tantas dificuldades oferecer as crianças e jovens os conteúdos que seriam disponibilizados no ensino presencial e principalmente como os professores tiveram que se adequar a essa nova realidade.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucídio Pimenta. EDUCAÇÃO REMOTA EMERGENCIAL: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. Em Rede-Revista de Educação a Distância, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BASEGGIO, Karina Roberta; MUNIZ, Eray Proença. Autonomia do aluno de EAD no processo de ensino e de aprendizagem. Revista Tecnologia e Sociedade, vol. 5. (2009). Disponível em < https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2531 > Acesso em 16 de junho de 2020.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Semina: Ciências Sociais e Humanas, v. 32, n. 1, p. 25, 27 mar. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE Sobre a doença. 2020. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid Acesso em:15. jun. 21.

BRASIL. Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Dispõe sobre a regulamentação do ensino a distância no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2012018/2017/Decreto/D9057.htm#art24> Acesso em 02 de jun. 21.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art80 > Acesso em 02 jun.20.

BRASIL TODOS PELA EDUCAÇÃO (2020). Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da covid-19. Disponível em < https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf > Acesso em 15 de jun.21.

FALCÃO, R. F. et al. Novas metodologias de ensino? O discurso do sujeito coletivo de uma turma de administração. Revista Alcance, v. 24, n. 3(Jul/Set), p. 445, 17 nov. 2017.

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. Revista da Avaliação da Educação Superior, vol. 18. pp. 13-22. Sorocaba: 2013. Disponível em < https://www.redalyc.org/pdf/2191/219125744002.pdf > Acesso em 16 de junho de 2020

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, M. The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. 2020.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em